

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SERVIDOR PÚBLICO	
Reforma administrativa volta ao radar após suspensão dos penduricalhos.....	2
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Caso Master eleva apreensão no Congresso.....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Dias Toffoli deixa caso Master após PF apontar ligações com Vorcaro.....	7
CORREJO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Bolsa registra ligeira queda e dólar sobe.....	9
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Incêndios florestais custam 1,5% do PIB, diz Banco Mundial.....	10
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Além da meta: restos a pagar e trajetória da dívida pública (Artigo).....	11
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Lula: insistência de Toffoli "contaminava" governo; ministro entra na mira de CPI	13
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Senado da Argentina dá aval à reforma trabalhista de Milei.....	15
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL	
Serviços têm alta em 2025, apesar de resultado ruim de dezembro.....	17
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
BB aposta em carteira de pessoa física para melhorar margem financeira.....	19

Reforma administrativa volta ao radar após suspensão dos penduricalhos

Lu Aiko Otta De Brasília (Colaborou Edna Simão)

Tida como carta fora do baralho neste ano eleitoral, a proposta de reforma administrativa relatada pelo deputado Pedro Paulo (PSDRJ) ganhou impulso político com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino de suspender o pagamento de penduricalhos salariais nos três Poderes. A decisão também estabeleceu prazo de 60 dias para a elaboração de uma lei geral, válida para todos os Poderes e entes da Federação, que regule as verbas indenizatórias. As indenizações, muitas delas não previstas em lei, têm servido para pagar remunerações acima do teto constitucional de R\$ 46.366,19. A reforma administrativa é considerada uma medida importante para combater supersalários e para aumentar a eficiência do setor público.

A mensagem implícita nessa decisão é que, se o Congresso não decidir sobre o tema, o Supremo o fará, avaliou Pedro Paulo ao Valor. "Aí não adianta reclamar que o Supremo está invadindo competências", afirma ele. O Legislativo será forçado a analisar a questão dos salários do funcionalismo em dois momentos neste ano, diz o deputado. Primeiro, para atender à liminar de Dino. Depois, para analisar eventuais vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos projetos de lei aprovados neste mês, que concedem reajuste para os servidores do Legislativo e estabelecem uma licença compensatória que permite "furar" o teto salarial do funcionalismo.

Lula avalia vetar os novos penduricalhos, segundo se comenta nos bastidores. Dez organizações da sociedade civil enviaram uma carta conjunta pedindo ao presidente que barre a licença compensatória para o Legislativo e os benefícios semelhantes aprovados em dezembro passado para o Tribunal de Contas da União (TCU).

"A minha proposta tem quase integralmente o que está na decisão do ministro Dino", diz Pedro Paulo. "A caracterização de verbas indenizatórias que ele pede é basicamente a mesma da minha proposta."

Do ponto de vista político, a decisão de Dino "tirou o maior osso" que havia na reforma administrativa, avaliou o deputado. Regular o pagamento de indenizações acima do teto salarial era o ponto que mais resistências levantava no Congresso. Agora,

essa discussão foi transferida para o Supremo.

Com isso, os demais pontos da reforma, que são menos polêmicos, têm maior chance de avançar, diz o deputado. Ela estabelece, por exemplo, a redução do número de carreiras no serviço público, define um mínimo de 20 níveis de progressão salarial e diz que o salário de ingresso em uma carreira não pode ser maior do que 50% do valor pago no topo. Para Estados e municípios, a proposta limita o crescimento das despesas com Legislativo, Judiciário e órgãos autônomos (Ministério Público, Tribunais de Contas e Defensoria Pública). O mecanismo seria inspirado no arcabouço fiscal federal. A reforma relatada por Pedro Paulo contempla 70 propostas distribuídas em uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária.

Especialista no tema, o professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carlos Ari Sundfeld tem visão diferente. Ele avalia que a decisão de Dino trata de apenas um dos pontos da proposta de Pedro Paulo, o das indenizações, mas não tem impacto sobre o restante do conjunto, que considera "imenso".

Na parte das indenizações, o histórico do tema no Congresso Nacional o deixa pessimista. Já há projetos em tramitação que listam quais indenizações devem ser pagas. São criticados por, na prática, legitimar boa parte delas. Ao cumprir a determinação de Dino e editar uma lei geral sobre indenizações, o Legislativo pode seguir o mesmo caminho. "Os avanços até agora não foram positivos", avalia. "Não conseguimos ter uma lista que diminuísse as indenizações, o que talvez mostre que o caminho não é muito bom."

Sundfeld e Pedro Paulo consideram importante observar o que o pleno do STF deliberará sobre a decisão de Dino. Uma reunião está marcada para o dia 25.

"Eles podem, por exemplo, modular ou ampliar o prazo de 60 dias", diz o deputado. Esse prazo serve não só para o Legislativo regular as indenizações, como para que todos os órgãos que as pagam informem que tipo de verba é e quem a recebe. Os dados têm "potencial de guerra nuclear", avalia.

Sundfeld considera difícil prever o que os demais

ministros do Supremo dirão. Mas eles podem, por exemplo, dizer que a magistratura deve ficar de fora da nova disciplina. O Tribunal de Justiça de São Paulo já ingressou com recurso nessa direção, informa.

"Vamos continuar empurrando" disse ao Valor o fundador da organização Republica.org, Guilherme Cezar Coelho, a respeito da reforma administrativa. A entidade é uma das signatárias da carta enviada a Lula, pedindo veto aos penduricalhos.

Numa parceria com o Movimento Pessoas à Frente, a Republica.org produziu um estudo, divulgado em novembro passado, que aponta o Brasil como campeão mundial dos supersalários. Mostra que 0,6% dos servidores recebem acima do teto salarial. O fenômeno é concentrado no Judiciário, onde 93% dos magistrados e 91,5% dos membros do Ministério Público ultrapassaram o limite em 2023, ao custo de R\$ 11,1 bilhões. Por outro lado, 70% dos **servidores públicos** ganham até R\$ 5 mil por mês.

"As carreiras jurídicas concentram supersalários, mas são responsáveis por péssimos serviços públicos", afirma Coelho. Ele cita levantamento realizado pelo Instituto Sou da Paz e divulgado em outubro passado segundo o qual apenas 36% dos homicídios ocorridos no país viram denúncia do Ministério Público. "Dois terços dos homicídios, dos assassinatos, não vão dar em nada", frisa. No Rio de Janeiro, o quadro é ainda pior, acrescenta. Dos 20 maiores salários pagos no país, 15 estão no prédio do Ministério Público daquele Estado. Lá, apenas 23% dos homicídios são denunciados à Justiça.

Os dados refletem um sistema Judiciário pouco eficiente, sustenta. O Brasil tem 40 pontos no Índice de Qualidade Regulatória do Banco Mundial, enquanto a Austrália e Singapura têm 100, o Chile marca 77, e os Estados Unidos, 91. Em outro recorte, o Brasil tem 35 pontos, em 100 possíveis, no Índice de Segurança Jurídica (Insejur).

"Esses dois índices, a qualidade regulatória e segurança jurídica, são responsabilidades das carreiras jurídicas no Brasil", afirma. "O Brasil é um lugar ruim de fazer negócios por causa dessas carreiras, que são as beneficiadas do serviço público; os supersalários geram ineficiência."

O aumento de salários ajuda a aumentar a produtividade quando está atrelado a resultados que podem ser medidos, ou quando conseguem atrair pessoas produtivas, explica o professor Sergio Firpo, coordenador do Observatório da Qualidade do Gasto Público do Insper. "Se você aumenta salário sem nenhuma dessas condições, se aumenta salário para o pessoal que já está trabalhando, não é um efeito

recrutamento nem está atrelado a ganhos de produtividade", diz. "É só mais dinheiro que entra para quem está recebendo salário."

Os concursos públicos são muito disputados e trazem para o serviço público pessoas produtivas, observou. Falta atrelar a remuneração ao desempenho desses servidores, como está na proposta de Pedro Paulo, acrescenta.

A proposta do deputado, porém, não conta com a simpatia do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. "A PEC está gigante, botaram um monte de coisas na Constituição", reforça um técnico do governo ao Valor. "Não faz sentido colocar pontos polêmicos."

O governo avalia que são poucas as chances de a proposta avançar. Por isso, quer incluir em um outro projeto, o que trata de reestruturação de carreiras, um dispositivo com novos critérios para progressão na carreira. É um dos pontos da proposta de Pedro Paulo que mais interessavam ao Executivo.

A reforma administrativa defendida pela ministra da Gestão, Esther Dweck, já está em curso e voa abaixo do radar. Sem propor alterações na Constituição ou novas leis, a pasta já adotou mais de 50 medidas, como a redução do salário de entrada, o alongamento das carreiras e a adoção de um sistema de avaliação mais robusto, que já serviu para demitir servidores. "Não precisa de PEC; precisa fazer", costuma repetir a ministra.

"Minha crítica ao governo é que ele não toma decisão política em relação à reforma", disse Pedro Paulo. Tenta evitar desgaste com os sindicatos de servidores, que são parte de sua base eleitoral. "Ao não fazer a reforma, o governo perde a oportunidade de alcançar um eleitor que o presidente tem dificuldade de atrair", avaliou. "Imagine o Lula poder dizer que fez duas reformas em quatro anos, a tributária e a administrativa."

Como mostrou o Valor, na avaliação de Arminio Fraga, sócio-fundador da Gávea Investimentos e ex-presidente do Banco Central, a reforma administrativa não traria impacto imediato sobre as contas públicas. Poderia reduzir as despesas em cerca de 2 a 3 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**) em cinco a dez anos, desde que incluía Estados e municípios.

"Se a gente olhar nos últimos anos, o gasto em pessoas está relativamente controlado", avalia Rafaela Vitoria, economista-chefe do Banco Inter. A despesa está na casa de 3% do **PIB**. "A gente teve preocupação com o governo Lula quando ele anunciou reajustes e concursos." No entanto, as despesas

seguem no mesmo patamar. Assim, reduzir esse item de despesa não é algo urgente, na visão da especialista. Na sua opinião, a reforma deveria buscar melhorias na produtividade dos servidores e endurecer as regras para os penduricalhos.

O item de despesa que mais demanda atenção é a Previdência. Nesse ponto, ela destaca que boa parte do funcionalismo já não se aposenta com salário integral, como ocorria no passado, e sim pelas regras da Previdência. Falta também avançar na previdência dos militares e outras categorias que ficaram de fora da reforma.

"A reforma administrativa tem impacto fiscal crescente ao longo do tempo", afirma Pedro Paulo. Os ganhos decorrem da disciplina sobre os supersalários, da definição de limites de despesa por Poderes e da constitucionalização das revisões de gasto ("spending reviews"). Mas o ganho fiscal não é foco da proposta, ressalta.

"Quando a gente bota regra de crescimento de despesa por Poder, vai virar superávit do Executivo, que terá mais recursos para aplicar em educação e saúde, em vez de ficar entregando [recursos] para dar aumento para o Judiciário, para aumentar penduricalho, ou para aumentar verba de gabinete de deputado e vereador", explica. "Não necessariamente isso é uma conta que vai virar superávit."

A repercussão negativa da aprovação das benesses salariais para o Legislativo "assustou um pouco a política", e pode mudar a percepção sobre a reforma administrativa, avalia o deputado. "Aquilo que eles achavam que era desgaste pode virar um ativo", diz. "Aprovar uma medida disciplinadora dos gastos tem apelo popular."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260213/>

Caso Master eleva apreensão no Congresso

Andrea Jubé, Gabriela Guido, Beatriz Roscoe, Ruan Amorim, Murillo Camarotto e Caetano Tonet

O clima entre lideranças do Congresso é de apreensão máxima com os desdobramentos da crise envolvendo o banco Master, diante da entrega ao Supremo Tribunal Federal (STF) do relatório da Polícia Federal (PF) com o resultado da perícia nos celulares e computadores apreendidos com Daniel Vorcaro. Em outra frente, parlamentares favoráveis ao aprofundamento das investigações se preparam para não deixar o assunto esfriar até o fim da semana do Carnaval.

Em primeiro lugar, há temor entre políticos e autoridades do possível vazamento de outros nomes em conversas com Vorcaro e seus adjacentes, como o cunhado Fabiano Zettel, que também teve o celular apreendido. Eles temem ser alvo do mesmo desgaste que o ministro Dias Toffoli, do STF, vinha sofrendo antes de deixar a relatoria das investigações.

Até agora, houve apenas a revelação de que o nome do ministro Dias Toffoli foi citado. A partir desta divulgação, Toffoli fez **comunicado** oficial admitindo ser sócio da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro. Na nota divulgada na quinta-feira, antes de renunciar à relatoria, o ministro negou que seja amigo de Vorcaro e que tenha recebido diretamente dinheiro do banqueiro e de Zettel.

Paralelamente, o objetivo é evitar a convocação da sessão conjunta do Congresso para análise de vetos presidenciais, conforme explicou uma liderança da base governista. Como se trata de pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista, a leitura do requerimento deve ser feita pelo presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), em sessão conjunta com deputados e senadores.

Evitar a sessão conjunta do Congresso atrapalha outros interesses dos membros do Legislativo. A oposição e alas do Centrão, por exemplo, querem derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei (PL) da dosimetria, que reduz a pena do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a bancada do agronegócio mira o veto à regularização de faixas de fronteiras.

Nem o governo, nem algumas alas da oposição nem o Centrão querem começar uma investigação no âmbito

do Legislativo. Certos parlamentares, entretanto, veem a possibilidade de obter ganhos eleitorais com a cobrança popular por resposta e com a possibilidade de as apurações atingirem seus rivais políticos.

Ao mesmo tempo, a crise aumenta a blindagem contra denúncias que pedem o impeachment de ministros do STF. A decisão de dar continuidade, ou não, a esse processo é do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Logo, é remota a chance de prosperar eventual pedido de impeachment contra Toffoli ou outros ministros da Corte.

Há choques de interesses por todos os lados, como o avanço das investigações sobre irregularidades do Master com o fundo de Previdência dos **Servidores Públicos** do Amapá (Amprev), que envolve aliados de Davi Alcolumbre. Um dos alvos da Polícia Federal é o expresidente da Previdência do Amapá (Amprev) Jocildo Silva Lemos, pelo aporte de R\$ 400 milhões em fundos fraudados do Master. Paralelamente, o fundo de Previdência de Servidores do Rio de Janeiro também é investigado.

Enquanto Alcolumbre tenta desviar o foco para outros temas de interesse da sociedade - como os maus-tratos a animais e celebrações de carnaval -, outros parlamentares, em especial senadores, agem elevar a temperatura da crise.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e coordenador da comissão especial que acompanha as investigações das fraudes no Master, senador Renan Calheiros (MDBAL), marcou para o dia 24 o depoimento de Daniel Vorcaro ao colegiado. Renan disse que obteve autorização do ministro Dias

Toffoli para a oitiva. Na mesma semana, o empresário investigado deve também falar à CPI mista que investiga as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) sobre a concessão de consignado pelo Master.

O também emedebista Alessandro Vieira (SE), que relata os trabalhos da CPI que apura a atuação do crime organizado no Brasil, solicitou na quinta-feira que a PGR peça a suspeição de Toffoli da relatoria do caso Master. O pedido foi feito antes de o ministro renunciar ao caso. De acordo com o senador, havia indícios suficientes para questionar a permanência do ministro no posto de relator. "A existência de um vínculo comercial em que o julgador figuraria, em tese, como beneficiário de recursos pagos pelo investigado

mitigaria de forma intensa a imparcialidade do Ministro Dias Toffoli", registrava a representação.

prisão domiciliar.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260213/>

Ainda no Senado, o presidente da CPI do crime organizado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), anunciou que pautará para votação na próxima sessão do colegiado os requerimentos relacionados ao Master e aqueles que tentam apurar uma suposta relação indevida entre ministros do STF e Vorcaro. Entre os pedidos, estão as convocações dos irmãos do ministro Dias Toffoli e a quebra de sigilos da Reag e do dono da corretora, João Carlos Mansur.

Na semana pós-carnaval, outro ministro pode ser o próximo alvo do desgaste promovido pelo Legislativo: Alexandre de Moraes. Integrantes da CPI do crime organizado querem romper os sigilos bancário e fiscal da esposa do magistrado, Viviane Barci de Moraes, com a votação dos requerimentos sobre o tema após o carnaval.

Preocupadas com a pressão popular para a criação de uma CPMI do Master e a investigações sobre ministros do STF, entretanto, as principais lideranças do Senado articulam uma reunião com Davi Alcolumbre para debater os diversos cenários em que o Congresso pode entrar no tema. Esses líderes defendem que o presidente da Casa "empodere" o grupo de trabalho liderado por Renan como uma forma de mostrar que o Parlamento "não está de braços cruzados".

Segundo um líder próximo a Alcolumbre, caso a pressão por uma CPI fique insustentável, o ideal é fazer um colegiado apenas com senadores.

De maneira oposta, integrantes da comissão do Master no Senado reconhecem os limites do colegiado, uma vez que eles não podem quebrar sigilos e dependem da colaboração das autoridades para ter acesso a informações das investigações.

Finalmente, deputados e senadores da oposição aproveitam o momento para fortalecer a ofensiva contra o STF e seus ministros. Enquanto o deputado Carlos Jordy (PL-RJ), um dos principais articuladores por uma CPI do Master, pediu o afastamento de Toffoli da relatoria do das investigações, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) e o deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) tentam mais uma vez iniciar no Senado um improvável processo de impeachment contra o magistrado.

De forma divergente, expoentes da oposição ligados ao bolsonarismo se contêm nas críticas contra Toffoli. Eles querem evitar que as críticas a Toffoli e outros ministros do STF, como Moraes, possam diminuir as chances de o ex-presidente Jair Bolsonaro ir para a

Dias Toffoli deixa caso Master após PF apontar ligações com Vorcaro

Tiago Angelo e Giullia Colombo

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), deixou na quinta-feira (12) a relatoria das investigações criminais relativas ao banco Master. A decisão foi tomada após uma reunião convocada pelo presidente da Corte, ministro Edson Fachin, que havia instaurado uma arguição de suspeição depois de a Polícia Federal (PF) ter encontrado citações ao ministro no celular de Daniel Vorcaro. O documento já havia sido mandado para a Procuradoria-Geral da República (PGR). Após distribuição eletrônica, o ministro André Mendonça foi escolhido o novo relator.

Na reunião com a participação de todos os ministros, Fachin compartilhou com os colegas as informações do relatório apresentado pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, com menções de Toffoli no celular de Vorcaro, CEO do Master. Também se tratou da defesa de Toffoli. Mais cedo, o ministro já havia reconhecido que era sócio da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

O Valor apurou que, na reunião, Toffoli defendeu sua permanência na relatoria, mas decidiu deixar o caso após pressão de colegas. O clima geral foi tenso. O ministro ainda se defendeu sobre os pontos levantados no relatório da PF. Depois, os colegas começaram a expor argumentos contra a manutenção da relatoria.

Após os ministros defenderem a troca de relatoria como forma de conter críticas à Corte, Toffoli concordou em abandonar a condução das apurações. Depois de ouvir os colegas, ele não teria mais "batido o pé" para seguir no controle do processo.

"A pedido do ministro Dias Toffoli, levando em conta sua faculdade de submeter à Presidência do Tribunal questões para o bom andamento dos processos e considerados os altos interesses institucionais, a Presidência do Supremo Tribunal Federal, ouvidos todos os ministros, acolhe a comunicação de sua Excelência quanto ao envio dos feitos respectivos sob a sua relatoria para que a presidência promova a livre redistribuição", argumentou o Supremo em nota.

De acordo com a Corte, os ministros, por unanimidade, entenderam que não havia elementos

para seguir com a arguição de suspeição. Esse é o mecanismo que serve para analisar a imparcialidade de um juiz. O comuni

cado ainda alega que os ministros reconheceram "a plena validade dos atos praticados pelo Ministro Dias Toffoli na relatoria". A nota expressa ainda "apoio pessoal" dos ministros a Toffoli.

Antes de se retirar do caso, o ministro tomou uma ação que foi considerada por investigadores como "dobrar a aposta": Toffoli determinou na quinta-feira que a PF envie ao STF todo o conteúdo extraído de celulares e computadores de investigados no caso Master, o que inclui Vorcaro.

Segundo a decisão, deveriam ser enviados os laudos periciais sobre "o referido material, incluindo-se dados telemáticos, informáticos e telefônicos". A ordem também inclui outros "elementos de prova" que já foram documentados, mas ainda não enviados ao inquérito do Master, que é conduzido por Toffoli.

A reunião foi anunciada no início da sessão do plenário de quinta. O julgamento acabou mais cedo e a reunião começou por volta das 16h30. Um intervalo foi feito às 19h. Os ministros voltaram a se reunir às 20h e logo depois houve a divulgação do **comunicado**.

Na segunda-feira (9), o diretor-geral da PF levou pessoalmente a Fachin o relatório em que Toffoli é citado. O conteúdo tem como base dados extraídos dos celulares de investigados no caso Master,

entre eles Daniel Vorcaro, dono do banco. Segundo publicação da jornalista Malu Gaspar, em O Globo, o documento inclui telefonemas entre os dois, além de convite para uma festa de aniversário de Toffoli e conversas com outras pessoas sobre pagamentos relacionados ao resort Tayayá.

A PF não pediu diretamente a suspeição do ministro. Como não é parte, a corporação não poderia solicitar o afastamento. No entanto, as informações trazidas levantaram dúvidas sobre a possibilidade de o ministro permanecer na relatoria, devido a possíveis conflitos de interesse e eventual imparcialidade.

Desde que as citações vieram à tona, Toffoli divulgou

duas notas se defendendo. Na primeira, enviada a jornalistas na noite de quarta-feira (11), ele disse que o relatório da PF contém "ilações". Na segunda, da manhã de quinta, admitiu que faz parte do quadro societário da Maridt, empresa que vendeu parte de sua participação no resort Tayayá a um fundo ligado ao cunhado de Vorcaro. O magistrado negou, no entanto, que tenha recebido dinheiro diretamente do banqueiro ou de Zettel.

"O ministro Dias Toffoli faz parte do quadro societário [da Maridt], sendo a referida empresa administrada por parentes do ministro. De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura, no artigo 36 da Lei Complementar 35/1979, o magistrado pode integrar o quadro societário de empresas e dela receber dividendos, sendo-lhe apenas vedado praticar atos de gestão na qualidade de administrador", diz a segunda nota divulgada pelo gabinete de Toffoli.

Ele também admitiu que a participação da Maridt no Tayayá foi vendida ao Fundo Arllen, de Zettel, em 27 de setembro de 2021. Houve uma segunda alienação do saldo remanescente à empresa PHD Holding, em 21 de fevereiro de 2025. Toffoli afirma na nota que "desconhece" o gestor do fundo Arllen.

"O ministro desconhece o gestor do Fundo Arllen, bem como jamais teve qualquer relação de amizade e muito menos amizade íntima com o investigado Daniel Vorcaro. Por fim, o ministro esclarece que jamais recebeu qualquer valor de Daniel Vorcaro ou de seu cunhado Fabiano Zettel", alegou.

Toffoli também afirmou que todo o negócio com o fundo foi "devidamente declarado à **Receita Federal**" e que "todas as vendas foram realizadas dentro do valor de mercado". Quanto à relatoria das investigações sobre o Banco Master, Toffoli diz que só assumiu o caso em novembro de 2025. "Ou seja, quando há muito a Maridt não fazia mais parte do grupo Tayayá Ribeirão Claro", prossegue.

Ministros consultados afirmam que as revelações recentes envolvendo Toffoli colocam a Corte dentro de um novo tipo de crise.

Integrantes da Corte e interlocutores afirmam que o tribunal está acostumado com tensões geradas de fora para dentro, como críticas a decisões judiciais e acusações de ingerência em outros Poderes. No entanto, a ligação de Toffoli com o resort Tayayá e menções encontradas no celular de Daniel Vorcaro teriam criado uma crise de dentro para fora, com dúvidas sobre a isenção de um dos magistrados do STF.

Caso não tivesse deixado o caso, uma saída possível,

eles avaliavam, seria o envio do inquérito para a primeira instância. Isso porque uma eventual suspeição poderia ter um resultado indesejado: a anulação de decisões dadas pelo ministro, o que atrasaria a conclusão do inquérito sobre o esquema de fraude em carteiras de crédito do Master. Isso porque o Regimento Interno do Supremo prevê que a suspeição "pelo arguido, ou declarada pelo tribunal, torna nulos os atos por ele praticados".

Em conversa reservada com o Valor, um ministro afirmou que, embora Toffoli tenha a simpatia dos ministros, há limites para tudo. "Ele tem a simpatia da maioria, mas não para qualquer coisa", exemplificou.

Uma fonte qualificou o momento como "uma situação única" e disse não se lembrar de episódios semelhantes, com a cúpula da PF entregando pessoalmente à presidência da Corte um possível conflito de interesses envolvendo ministro e investigado.

O impulsionamento de um discurso pró-impeachment desagradou integrantes da Corte, mas segundo um deles, é cedo para dizer se o caso tem essa gravidade.

Desde que assumiu a relatoria dos inquéritos do Master, Toffoli vinha afirmando que não deixaria a investigação, mesmo com o aumento da pressão sobre sua atuação. Em um primeiro momento, a posição foi mantida mesmo após a revelação de que familiares do ministro teriam relação com fundos citados durante as investigações.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260213/>

Bolsa registra ligeira queda e dólar sobe

O Ibovespa operou em baixa, ontem, após encerrar a sessão anterior em nível recorde. O principal índice da bolsa brasileira recuou 1,02%, aos 187.808 pontos. Na quarta-feira o Ibovespa havia ultrapassado o recorde de 190 mil pontos.

Investidores acompanharam o balanço do quarto trimestre de 2025, divulgado após o fechamento do mercado. Contribuíram para o resultado negativo Raízen (-12,99%), Braskem (-11,27%), CSN (-9,56%) e Magazine Luiza (-8,56%). No lado oposto, Assai (+5,09%) e Ambev (+4,76%), após os resultados do quarto trimestre da fabricante de bebidas.

Banco do Brasil ON observou alta de 4,50% no fechamento, após a conferência sobre os resultados, que ocorreu pela manhã.

No mês, a Bolsa acumula ganho de 3,53%, com avanço de 2,63% no intervalo entre segunda e esta quinta. No ano, o índice sobe 16,53%.

No câmbio, o dólar apresentou ligeira alta, de 0,25%, fechando o dia cotada a R\$ 5,20.

No exterior, dados mais fortes do que o esperado sobre o emprego nos Estados Unidos reduziram as apostas de cortes de juros no curto prazo pelo Federal Reserve.

Novos indicadores do mercado de trabalho, incluindo pedidos semanais de auxílio-desemprego, serão divulgados nesta quinta-feira. O índice de preços ao consumidor (CPI) está previsto para sexta-feira.

Em Wall Street, os índices futuros operavam em alta. O Dow Jones Futuro avançava 0,29%, o Nasdaq Futuro subia 0,28% e o S P 500 Futuro registrava ganho de 0,31%.

Para Davi Lelis, economista e sócio da Valor Investimentos, o movimento desta quinta-feira reflete um ajuste após a sequência de máximas históricas do índice.

"O mercado passa por um movimento de ajuste, de cautela, devolvendo parte dos ganhos de ontem, após o Ibovespa ter renovado máximas históricas. O tom de hoje é mais de aversão ao risco, e essa aversão é importada, vem do exterior", afirmou.

Segundo ele, investidores internacionais estão calibrando as expectativas em relação aos juros

americanos. "Os investidores lá fora estão mais na defensiva, justamente na véspera da divulgação do CPI, a inflação dos Estados Unidos. Dados de inflação mais altos fazem com que o mercado segure a expectativa de queda de juros", disse.

Lelis ressaltou que a manutenção de juros elevados nos Estados Unidos influencia o cenário global. "Se a inflação vem acima do esperado, o Banco Central americano pode manter os juros mais altos por mais tempo. Essa sinalização funciona como um freio para os mercados globais", declarou.

O economista acrescentou que o ambiente externo pressiona também o mercado brasileiro.

"Com juros americanos mais altos por mais tempo, cresce a percepção de risco e há um movimento de busca por ativos considerados mais seguros, como os títulos do Tesouro americano.

Isso afeta a bolsa e o câmbio no Brasil", afirmou. (PJ*)
*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/13/all.pdf>

Incêndios florestais custam 1,5% do PIB, diz Banco Mundial

Rafael Vazquez

Os incêndios florestais registrados no Brasil em 2024 causaram um prejuízo econômico estimado em US\$ 35,9 bilhões (aproximadamente R\$ 200 bilhões), o equivalente a 1,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país. O valor é quase o dobro da média registrada entre 2019 e 2023.

Os dados estão no relatório Consequências dos Incêndios de 2024 no Brasil: uma breve avaliação dos danos, feito pelo Banco Mundial a pedido do governo federal brasileiro.

De acordo com o Banco Mundial, que compilou dados públicos de diversas organizações que acompanharam as consequências dos incêndios florestais ao longo do ano passado, o agronegócio foi duramente atingido pelas chamas ao sofrer um impacto negativo de US\$ 17,1 bilhões. De acordo com o estudo, o fogo dizimou áreas vitais para o setor e para a economia rural.

Segundo apresenta o relatório, 12,2 milhões de hectares de pastagens foram destruídos, 4,4 milhões de hectares de terras agrícolas foram perdidos e 400 mil hectares de áreas madeireiras foram consumidos pelos incêndios.

A destruição causada pelos incêndios florestais, segundo o Banco Mundial, impactou diretamente a cadeia de suprimentos e pressionou a inflação de alimentos, o que reduziu a capacidade de exportação do país no curto e médio prazo.

Além das perdas diretas no campo, o Banco Mundial precificou o impacto invisível das queimadas com a liberação de gases de efeito estufa. O relatório aponta um custo ambiental de US\$ 9,8 bilhões. O organismo acrescenta que isso compromete as metas climáticas internacionais do Brasil.

Outro dado negativo destacado pela equipe do banco multilateral é a mortalidade agravada pelos incêndios florestais. A exposição à poluição por partículas finas (PM_{2,5}) resultou em aproximadamente 8.240 mortes prematuras, gerando um custo social e econômico de US\$ 7,1 bilhões, segundo os cálculos que basearam o relatório.

O documento destaca que esse valor pode ser ainda

maior se forem contabilizados os gastos com internações e a perda de produtividade por doenças respiratórias.

O Banco Mundial alerta que o impacto real pode ser ainda mais severo. Em um cenário de sensibilidade máxima, considerando variáveis mais pessimistas, os danos podem só em 2024 podem ter chegado a US\$ 68,4 bilhões, o que equivale a 2,8% do **PIB** brasileiro.

Uma das principais conclusões do relatório do Banco Mundial é que o Brasil precisa encarar a gestão de incêndios florestais não apenas como uma pauta ambiental, mas como uma estratégia de salvaguarda econômica. O documento recomenda que o país realize análises de custo-benefício para priorizar fundos e políticas eficientes. A mensagem é que o investimento em prevenção e resposta rápida é uma fração mínima perto do custo multibilionário da inação, conforme destaca o Banco Mundial.

A análise menciona que diferentes regiões do Brasil e da América Latina estão tendo prejuízos econômicos com incêndios florestais, mas pontuou especialmente as áreas mais próximas à Amazônia como pontos de atenção.

"O manejo de incêndios florestais na Amazônia pode ser aprimorado por meio de avaliações sistemáticas das políticas, a fim de determinar suas falhas e sucessos. Conhecer os impactos dos programas de combate a incêndios é essencial, compará-los aos seus custos é ainda melhor, e saber quanto dano ao planeta, às pessoas e à economia eles ajudam a evitar é ainda mais importante", conclui o Banco Mundial.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260213/>

Além da meta: restos a pagar e trajetória da dívida pública (Artigo)

Alexandre Manoel e Adhemar Ranciaro Neto

Alexandre Manoel é economista e sócio na Global Intelligence and Analytics (GIA). Foi secretário nos Ministérios da Fazenda e da Economia (2018-2020).

Adhemar Ranciaro Neto é engenheiro Pelo ITA, doutor em Física e professor da Universidade Federal de Alagoas.

O debate fiscal brasileiro mostra que cumprir formalmente a meta de resultado primário pouco diz sobre a sustentabilidade da dívida pública. As exceções frequentes ao arcabouço fiscal, como precatórios, despesas fora da meta e reclassificações, tornaram esse diagnóstico quase consensual. No entanto, os dados do Tesouro Nacional para 2025 revelam um problema mais profundo: a execução dos gastos apresenta uma inflexão preocupante, acompanhada do crescimento do estoque de restos a pagar e do float associado.

Entre 2017 e 2022, a Despesa Primária Total acumulada em 12 meses, ajustada pelo IPCA de dezembro de 2025, cresceu R\$ 128,4 bilhões. Já entre 2023 e 2025, em apenas três anos, aumentou R\$ 324,5 bilhões: mais de 2,5 vezes em metade do tempo. Isso mostra que, enquanto em 2017-2022 houve ajuste fiscal, ainda que imperfeito, a partir de 2023 a despesa pública cresceu de forma significativa e acelerada.

Diante desses dados, não faz sentido atribuir a deterioração da dívida pública bruta, que cresceu 7 pontos percentuais do **PIB** de 2023 a 2025, exclusivamente às taxas de juros elevadas. Essa narrativa ignora o comportamento da despesa e, sobretudo, os sinais emitidos pela execução financeira. É nesse contexto que se insere o conceito de float de restos a pagar, que conecta diretamente a execução orçamentária à sustentabilidade da dívida¹.

O float é definido como o volume de restos a pagar inscritos para um determinado exercício, menos os valores pagos e cancelados ao longo do mesmo período. Na prática, os restos a pagar inscritos para 2025, por exemplo, são registrados em 31 de dezembro de 2024; ao longo de 2025, parte desse estoque é liquidada ou cancelada. O float mede exatamente a despesa que sobrevive ao fim do

exercício, tornando mais efetivo o potencial deletério da inscrição.

Quando o float é crescente, indica que parte relevante do "ajuste" fiscal ocorre via postergação de pagamentos, criando uma espécie de quase-dívida de curtíssimo prazo, fora das métricas tradicionais da dívida bruta, mas economicamente relevante.

A leitura da série histórica em valores reais (IPCA de dezembro de 2025) mostra uma mudança clara de regime na dinâmica dos restos a pagar e, sobretudo, do float. No período 2003-2005, o float médio era baixo (R\$ 7,6 bilhões), compatível com um ambiente de execução mais aderente ao ciclo orçamentário, apesar de inscrições médias relevantes (R\$ 74,2 bilhões). Entre 2006 e 2016, observa-se um salto expressivo do float médio (R\$ 88,3 bilhões), acompanhado de inscrições também elevadas (R\$ 268,4 bilhões), refletindo anos de expansão do gasto e crescente dificuldade de pagamento tempestivo.

Já no intervalo 2017-2022, período marcado pela consolidação fiscal, o float médio recua para R\$ 68,5 bilhões, mesmo com inscrições ainda altas (R\$ 262,8 bilhões), com melhora relativa na qualidade da execução. A partir de 2023, contudo, o quadro se deteriora novamente: o float permanece elevado e volta a crescer (R\$ 63,4 bilhões em 2023, R\$ 65 bilhões em 2024 e R\$ 68,6 bilhões em 2025), enquanto as inscrições de restos a pagar aceleram de forma contínua (R\$ 291,7 bilhões, R\$ 312,1 bilhões e R\$ 325,8 bilhões, respectivamente). Para 2026, a inscrição de RAP já é conhecida e elevadíssima, R\$ 391,5 bilhões, sugerindo que o float crescerá significativamente.

O ponto central é que o float cresce justamente no período em que a despesa se acelera. Isso indica não apenas perda de qualidade da execução, com mais gasto sendo contratado sem capacidade de liquidação e pagamento tempestivos, mas também reforça que a dívida pública não cresce apenas por conta dos juros.

Quando se incorpora a dimensão do float, o diagnóstico fiscal muda de patamar. Uma avaliação honesta do resultado primário efetivo - aquele que de fato afeta a dinâmica da dívida - deve considerar três componentes: mecanismos que aumentam benefícios financeiros e creditícios (comumente chamados de

gastos parafiscais), despesas fora da meta e variação do float. Incorporando esses elementos, o esforço necessário para colocar a dívida em trajetória sustentável é da ordem de 4% do **PIB**.

Não surpreende, assim, a convergência de análises que apontam para uma trajetória explosiva da dívida na ausência de ajuste fiscal pelo lado da despesa a partir de 2027, nem que a precificação dos ativos responda à probabilidade de ascensão de candidatos comprometidos com esse ajuste. O avanço recente do float reforça essa leitura.

Embora o debate fiscal tenha avançado ao incorporar subsídios financeiros, creditícios e tributários, assim como despesas fora da meta, ainda se dá pouco peso ao crescimento real da despesa, às inscrições crescentes de restos a pagar e ao avanço do float, elementos que apontam para uma trajetória preocupante da dívida pública.

Em síntese, o float está longe de ser um detalhe técnico: trata-se de um indicador robusto da qualidade e da sustentabilidade do ajuste fiscal, que reforça o diagnóstico de deterioração das finanças públicas federais pelo lado da despesa. Sem uma reversão da dinâmica de execução das despesas e do float, taxas de juros "civilizadas" continuarão fora do horizonte.

1. Essa conexão foi desenvolvida originalmente em uma monografia vencedora do Prêmio SOF de Finanças Públicas (2007) e posteriormente sintetizada em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em dezembro de 2010.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260213/>

Lula: insistência de Toffoli "contaminava" governo; ministro entra na mira de CPI

VERA ROSA E LEVY TELES

Horas antes da saída do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli da relatoria do inquérito sobre o Banco Master na Corte, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou como insustentável a permanência do magistrado à frente do caso. A auxiliares, Lula disse que a insistência de Toffoli em se manter na condução do processo "contaminava" o governo. Na noite de ontem, após uma tensa reunião a portas fechadas, ministros do STF anunciaram que o colega deixaria a relatoria.

Irritado, o presidente já havia afirmado que o magistrado não tinha escolha: ou renunciava à investigação ou deveria sair do STF. A contrariedade de Lula com Toffoli atingiu o auge na quarta-feira, quando a Polícia Federal indicou ao presidente do STF, Edson Fachin, a suspeição do ministro após encontrar menções a ele no celular de Daniel Vorcaro, dono do Master.

Em dezembro, durante um almoço com Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na Granja do Torto, Toffoli disse que não abriria mão de conduzir a ação do Master. Na conversa com Lula, no fim do ano, Toffoli afirmou que havia autoridades e políticos de vários partidos, e não apenas do Centrão, envolvidos nas irregularidades do Master. Chegou a dizer ainda que, se o processo fosse para a primeira instância da Justiça, como o presidente queria, poderia ter outros desdobramentos e se transformar numa "Lava Jato 2".

De acordo com interlocutores de Toffoli, Lula teria respondido com um palavrão. E dito novamente que, se seu próprio filho estivesse envolvido em qualquer escândalo, tinha de pagar. O presidente foi categórico: insistiu para o ministro renunciar ao caso o mais rápido possível e deixar que cada um se defendesse na primeira instância.

Para Lula, o escândalo prejudica o governo neste ano eleitoral e pode ter consequências imprevisíveis. Monitoramentos feitos pelo Palácio do Planalto em redes sociais mostram haver uma avaliação de que Toffoli age para "abafar" a crise e proteger a si mesmo e ao PT.

O ministro, por sua vez, tem dito que a PF está fazendo investigações clandestinas, proibidas por lei, e

promove vazamentos com informações distorcidas.

EMERGÊNCIA. Parlamentares e dirigentes do PT convocaram uma reunião de emergência com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e com Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, no início deste ano, depois do alerta de que havia políticos do partido implicados no escândalo.

Costa e Wagner são ex-governadores da Bahia e asseguraram que os contatos mantidos com o empresário Augusto Lima, ex-sócio de Vorcaro, se resumiam à licitação de venda da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal). "Não há problema nenhum ali. Conversamos e vimos todos os documentos.

Estamos tranquilos", disse ao Estadão o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC).

Lula planejava receber Toffoli para uma nova conversa depois do carnaval, mas está tão irritado com o ministro - indicado por ele para ocupar a cadeira no STF em 2009 - que ainda avalia a conveniência do novo encontro.

Como revelou o Estadão, o ministro puxou o caso Master para o STF, atendendo a um pedido da defesa de Vorcaro, por causa da apreensão de documentos de uma transação imobiliária do banqueiro com o deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA).

A Fachin e a seus colegas, Toffoli negou relações pessoais com Vorcaro e desmentiu ter recebido recursos do banqueiro, embora admita ser sócio da empresa Maridt (mais informações no caderno de Economia).

A firma tinha participação no resort Tayayá, situado em Ribeirão Claro, no Paraná, mas vendeu sua fatia no negócio a fundos de investimento controlados pelo empresário e pastor Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

O ministro argumenta que em 2021, quando a Maridt vendeu pela primeira vez parte de sua fatia no negócio de hospedagem, ninguém sabia das ligações de Vorcaro com falcatruas.

Toffoli afirma que se trata de uma "empresa familiar", com sede em Marília (SP), administrada por seus

irmãos José Eugênio e José Carlos. Aos colegas da Corte, sustentou que todas as transações financeiras da Maridt foram declaradas à **Receita Federal**.

COMISSÃO. As novas revelações envolvendo Toffoli colocaram também o ministro do Supremo na mira da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado. Há a possibilidade de uma convocação de Toffoli e de quebra de sigilo a pedido do colegiado.

Em outra frente, parlamentares pretendem recorrer ao STF para que a Corte determine a abertura de uma comissão para investigar o caso Master e querem a quebra de sigilo das conversas apreendidas no celular de Vercaro.

O relator da CPI do Crime Organizado, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), foi um dos primeiros a se manifestar depois que a PF pediu a suspeição de Toffoli após encontrar menções ao nome do ministro no aparelho do banqueiro. "O 'toffolão' é um escândalo tão grande que não dá para esconder nas artimanhas do sistema.

Na semana posterior ao carnaval, a CPI do Crime Organizado votará os requerimentos de quebra de sigilo e convocações dos envolvidos. O Brasil só será uma República com todos sob a mesma lei" afirmou o senador.

Vieira já tinha apresentado à CPI requerimentos para convocar os dois irmãos de Toffoli, José Carlos e José Eugênio.

Os pedidos se baseiam em "indícios que conectam transações imobiliárias e societárias a elementos sob investigação no âmbito da segurança pública e do sistema financeiro".

Vieira também havia solicitado à Procuradoria-Geral da República (PGR) a suspeição de Toffoli, antes de o ministro deixar a relatoria do caso Master no Supremo. "A existência de um vínculo comercial em que o julgador figuraria, em tese, como beneficiário de recursos pagos pelo investigado mitigaria de forma intensa a imparcialidade do ministro Dias Toffoli", disse o senador do MDB.

"HORRORIZANDO". O presidente da CPI do Crime Organizado, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que vai pautar no próximo dia 24 a convocação dos irmãos de Toffoli e as quebras de sigilo que buscam aprofundar as investigações sobre a atuação da gestora de investimentos Reag, ligada ao Master, diante de suspeitas de irregularidades no sistema financeiro e de possíveis conexões com o Primeiro Comando da Capital (PCC).

"A CPI do Crime Organizado cumpre uma função constitucional de investigar e fiscalizar a atuação de organizações criminosas que se utilizam do sistema financeiro nacional.

Não podemos nos omitir diante desse escândalo que continua nos surpreendendo e horrorizando pela gravidade dos fatos revelados", declarou Contarato.

Em nota, Toffoli negou ter "relação de amizade" com Vercaro e disse que "jamais recebeu qualquer valor" pago pelo banqueiro. I

**

Fora da agenda, petista se reúne com Gonet

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na manhã de ontem com o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Segundo relatos ouvidos pelo Estadão/ Broadcast, os dois trataram de grandes investigações em andamento envolvendo bets e bancos.

Lula pediu a Gonet rigor técnico sobre as apurações em curso, de acordo com os relatos. O encontro entre os dois não constou na agenda oficial do presidente da República. I GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado da Argentina dá aval à reforma trabalhista de Milei

Da Bloomberg News BUENOS AIRES

O Senado da Argentina aprovou na madrugada de ontem o projeto de reforma trabalhista do presidente Javier Milei. Em votação geral por 42 a 30, a Casa deu aval à proposta, que agora será submetida à Câmara dos Deputados.

O governo de Milei fez 28 concessões na terça-feira para conquistar apoio adicional de parlamentares e governadores provinciais. Entre as mudanças, o Executivo retirou um artigo que reduziria o Imposto de Renda das empresas, pois isso diminuiria a arrecadação das províncias.

Enquanto os senadores debatiam no plenário, um grupo de manifestantes lançou coquetéis molotov contra a polícia de choque, que respondeu com canhões de água e gás lacrimogêneo.

Investidores acompanharam de perto o andamento do projeto, como um sinal da força política de Milei após seu partido, A Liberdade Avança, vencer as eleições legislativas de meio de mandato na Argentina, em outubro do ano passado. Trata-se da primeira de várias reformas estruturais que ele pretende promover, embora o cronograma das demais tenha sido adiado.

A aprovação da medida - a reforma trabalhista mais abrangente em décadas - pode aumentar o apetite de investidores internacionais pela Argentina e facilitar a retomada da emissão de títulos do país no mercado global.

CUSTOS MENORES

Diante da resistência de bancos argentinos, Milei também retirou um artigo que permitiria aos trabalhadores optarem para que o depósito de seus salários fosse feito diretamente em carteiras virtuais, como o Mercado Pago, do Mercado Libre. Trata-se de um revés para o crescente setor de fintechs da Argentina, especialmente considerando que o cofundador e presidente do Conselho de Administração do Mercado Libre, Marcos Galperin, tem apoiado consistentemente Milei.

Apesar das mudanças de última hora, a reforma trabalhista ainda deve representar uma das maiores transformações da economia argentina em décadas.

A maior parte das principais regras trabalhistas do país é da década de 1970.

A reforma tem como objetivo reduzir os custos para os empregadores, incentivar contratações, flexibilizar as obrigações de indenização por demissão e redefinir os acordos de negociação coletiva. Também reduz **impostos** internos sobre carros, celulares e imóveis para aluguel.

O projeto aprovado reduz as contribuições das empresas para a **seguridade social**, embora mudanças de última hora tenham limitado parte dos benefícios. Os empregadores terão de contribuir para um fundo a fim de financiar pagamentos de indenizações. Autoridades estimam que o fundo possa totalizar até US\$ 4 bilhões.

O projeto restringe a definição do que pode ser considerado indenização em ações trabalhistas. Em relação às novas contratações, a lei aprovada reduz as contribuições dos empregadores durante os primeiros 48 meses para novos empregados no setor formal.

A proposta permite que empregados e sindicatos locais negociem diretamente com as empresas, em vez de acordos salariais em âmbito nacional.

Contudo, a reforma trabalhista ainda está sujeita a alterações.

EMPREGO EM QUEDA

Embora economistas considerem que a reforma já deveria ter sido feita e seja necessária, poucos veem seu impacto imediato revertendo uma tendência em curso. O setor privado formal da Argentina já perdeu quase 200 mil empregos com carteira assinada desde que Milei assumiu o cargo, o que equivale a 3% do total de trabalhadores formais.

A economia cresceu no ano passado enquanto a força de trabalho do setor privado encolheu -algo inédito em pelo menos três décadas, segundo Daniel Schteingart,

diretor do think

tank local Fundar. Como parte de sua política de

austeridade, Milei também cortou 80 mil empregos no governo, de acordo com estatísticas oficiais.

As perdas no mercado de trabalho apontam para uma recuperação em formato de K sob Milei, na qual setores voltados à exportação e com relativamente menos empregos, como agricultura, energia e mineração, estão crescendo, enquanto indústrias intensivas em mão de obra, como manufatura, construção e varejo, mostram sinais de recessão.

Alguns economistas também afirmam que as dificuldades desses setores reforçam a necessidade de mudanças na legislação trabalhista, já que os custos para os empregadores na Argentina, como as contribuições à **seguridade social**, superam os de outros países da América Latina.

Litígios caros e imprevisíveis relacionados a indenizações por demissão também têm desestimulado a contratação. No entanto, analistas observam que o principal fator por trás das recentes perdas de empregos é a estagnação - ou até a retração - da atividade econômica nos setores que mais empregam.

O desemprego só não disparou na Argentina, como resultado do declínio do mercado formal de trabalho, em parte devido a um aumento do emprego informal. Foram mais 231 mil postos desde que Milei assumiu a presidência, há pouco mais de um ano, superando as perdas no setor formal. O número de trabalhadores autônomos também aumentou em cerca de 140 mil desde o início do seu mandato.

MUDANÇA NA LEI AMBIENTAL

O governo também planeja que os senadores votem neste mês um projeto de lei que modificaria as proteções ambientais para geleiras. Mudanças na chamada Lei das Geleiras abririam caminho para que mineradoras de cobre invistam bilhões em projetos sem a atual incerteza jurídica relacionada a penalidades ambientais. No entanto, esse projeto foi adiado depois que Milei precisou fazer várias concessões na reforma trabalhista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Serviços têm alta em 2025, apesar de resultado ruim de dezembro

Marcelo Osakabe, Lucianne Carneiro e Grace Vasconcelos

Os serviços voltaram a se enfraquecer em dezembro, mas o resultado do mês não impediu que o setor registrasse a quinta alta anual consecutiva. Economistas avaliam se o segmento vai continuar a esfriar em 2026, em meio a um mercado de trabalho resiliente e fatores que devem elevar a renda disponível à população.

O volume de serviços prestados no país contraiu 0,4% em dezembro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE. O resultado veio pior que a mediana das estimativas de 18 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, de recuo de 0,2%.

Em 2025, por outro lado, o segmento teve avanço de 2,8% - foi a quinta alta seguida, período no qual acumulou ganho de 31%

Três das cinco atividades acompanhadas pela PMS tiveram queda na passagem entre novembro e dezembro: transportes (-3,1%), outros serviços (-3,4%) e de serviços profissionais e administrativos (0,3%). As únicas taxas positivas do mês vieram de informação e comunicação (1,7%) e serviços prestados às famílias (1,1%).

No ano, por outro lado, apenas uma cinco atividades apresentou queda: outros serviços (-0,5%). Neste caso, pesaram sobre o resultado empresas que atuam em atividades auxiliares dos serviços financeiros; manutenção e reparação de veículos automotores; administração de cartões de crédito; manutenção e reparação de computadores e de equipamentos periféricos; e corretores e agentes de seguros, de **previdência complementar** e de saúde.

Na outra ponta, a maior influência positiva veio do ramo de informação e comunicação (5,5%). Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (2,3%); serviços profissionais, administrativos e complementares (2,6%); e dos prestados às famílias (1,1%) também fecharam no azul.

"No pós-pandemia, alguns setores ganharam protagonismo. O de informação e comunicação, com a maior digitalização da economia, e também o

transporte de cargas, puxado pelo setor agrícola com compra de fertilizantes e escoamento de produção, mas também pela correlação com o comércio on-line", destacou o gerente da pesquisa no IBGE, Rodrigo Lobo.

Para Stéfano Pacini, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o recuo em dezembro é um movimento compensatório, um ajuste depois de um período positivo.

Ele cita como exemplo o segmento de transportes, que registrou queda mais intensa em dezembro (3,1%). No entanto, o economista afirma que o setor teve um histórico positivo no ano, fechando 2025 com alta de 2,3%. O resultado foi puxado por dois fatores: o bom momento do agronegócio e a tendência de queda no preço do petróleo.

"O primeiro deles foi o próprio agronegócio, porque é preciso escoar a produção para os portos e para a malha rodoviária. Outro destaque são os transportes aéreos, mais especificamente o transporte de passageiros. Em 2025, observamos uma tendência de queda na cotação do petróleo, o que reduz o preço do querosene de aviação, um componente importante no valor das passagens. Podemos ver essa queda de transportes (em dezembro) como uma compensação", afirmou Pacini.

O economista avalia que 2025 foi um ano bastante positivo para o setor de serviços em comparação com outros segmentos, mostrando-se mais resiliente à política monetária. Ele afirma que os serviços prestados às famílias foram impactados em alguns momentos do ano, mas, em contrapartida, os serviços de informação e comunicação, os serviços profissionais e os transportes compensaram.

"É preciso notar que, apesar de vir mais fraco nos últimos dois meses, os serviços ainda assim tiveram o melhor desempenho entre os grandes setores da economia em 2025. A indústria veio bem fraca (0,7%) e o varejo deve oscilar entre estabilidade e crescimento de 1,5%", diz o economista-chefe do BMG, Flávio Serrano.

Os dados de atividade, acrescenta, reforçam a perspectiva de início dos cortes de juros pelo Banco

Central. "Em sua última reunião, o Copom indicou que iria iniciar o ciclo, mas manteve a ênfase sobre os indicadores. Os dados vêm confirmando esse cenário."

Outro destaque do ano foram os serviços de informação e comunicação, que acumulam alta de 35,2% desde fevereiro de 2020, na esteira da maior digitalização da economia. Apenas o ramo de tecnologia da informação registrou alta de 12,2% em 2025. Em relação ao patamar pré-pandemia, a alta é de 98,2%.

Por outro lado, os serviços prestados às famílias - a categoria que mais pesa para a dinâmica da **inflação** - cresceram 1,1% em 2025, após avanço de 4,5% em 2025.

Diante da expectativa geral de desaceleração da economia em 2026, a perspectiva também é de perda de força do segmento. O BMG espera que a alta dos serviços caia de 2,8% para algo perto de 2%, diz Serrano. "Olhando adiante, enxergamos a manutenção da desaceleração em curso, ainda que o mercado de trabalho forte, a melhora da renda disponível com a isenção do IR e a **inflação** mais benigna possam significar um repique de curto prazo, como parece já estar ocorrendo com a indústria."

Há, no entanto, quem duvide desse esfriamento. "Diferentemente da indústria, que sente a competição com importados e fatores como a alta dos preços de semicondutores, o setor de serviços não tem concorrência externa e deve ganhar algumas ajudas esse ano, como a isenção do imposto para quem ganha até R\$ 5 mil. O retorno às atividades presenciais deve continuar beneficiando ramos como o da alimentação fora do domicílio e os transportes", diz Francisco Faria, economista da Logos.

Há no entanto, uma ameaça a esse cenário, afirma o pesquisador associado do FGV Ibre. A eventual aprovação do fim da escala 6x1 pode afetar desproporcionalmente esse setor, que se veria obrigado a contratar mais para manter o patamar de serviços prestados. A depender das mudanças que serão aprovadas, o setor pode ter dificuldades, diz Faria.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260213/>

BB aposta em carteira de pessoa física para melhorar margem financeira

De São Paulo (AC e LG)

O Banco do Brasil sempre teve um perfil um pouco diferente dos rivais privados, com sua carteira dividida basicamente em três partes iguais entre pessoa física, pessoa jurídica e agronegócio. Isso lhe garantia, inclusive, uma inadimplência média menor que os rivais, já que as operações no agro têm mais garantias. Agora, no entanto, com uma situação conjuntural bem complexa no campo, o banco estatal quer crescer mais em pessoa física, onde vê um melhor retorno ajustado ao risco.

A projeção ("guidance") do BB é ampliar sua carteira de crédito este ano entre 0,5% e 4,5%, mas com uma boa diferença entre os portfólios. Enquanto em PF a expansão deve ser de 6% a 10%, em PJ deve ficar entre queda de 3% e alta de 1%; e no agro, entre baixa de 2% e crescimento de 2%, isso mesmo em um ano em que se espera uma nova safra recorde.

No fim de 2025, da carteira total expandida de R\$ 1,296 trilhão do BB, 27,5% eram de PF; 35,8%, de PJ; e 31,3%, agro. Dentro da carteira para famílias, 31,3% do portfólio do banco está no consignado público, em que já é muito forte. Nos últimos anos, tem expandido também a atuação no consignado **INSS**, e em meados do ano passado entrou com força no novo consignado privado lançado pelo governo. Só nessa vertical, já originou R\$ 13 bilhões.

Ontem, ao divulgar os resultados do quarto trimestre, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, comentou que o banco quer chegar a uma participação de mercado de 20% no consignado privado. Ela lembrou ainda a aprovação da isenção do imposto de renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, "que, na prática, aumentou a renda disponível para milhões e milhões de brasileiros" e vai gerar um espaço para uma expansão de até R\$ 28 bilhões em limite de crédito no consignado. "A gente vai buscar o ajuste do fluxo financeiro desses clientes ao

longo do ano, mas, na expansão do crédito, traz oportunidades muito interessantes", afirmou.

O vice-presidente financeiro do BB, Geovanne Tobias, afirmou que a instituição terá uma sala VIP exclusiva no terminal 3 do Aeroporto de Guarulhos, que deve começar a operar em maio, e também outra em

Brasília. "Ainda estamos avaliando outras localidades." A novidade faz parte da estratégia do BB para ampliar a carteira de pessoa física, delimitando o público-alvo, inclusive o alta renda.

O banco lançou em novembro um novo cartão premium, o Visa Altus Liv, e também reformulou recentemente o segmento de alta renda, chamado BB Estilo.

"Vamos focar em públicos estratégicos, em perfis de clientes que conhecemos", comentou Tarciana. Tobias lembrou ainda que o banco começou a permitir, no fim do ano passado, que clientes parcelassem as faturas do cartão de crédito que estão em atraso, seguindo o exemplo de outros bancos que já fazem isso.

No início da pandemia de coronavírus, em 2020 e 2021, o BB, assim como os outros grandes bancos incumbentes e os players digitais, acelerou muito a emissão de cartões, e depois viu um aumento da inadimplência, sendo obrigado a rever essa estratégia de conquistar novos relacionamentos no chamado "mar aberto".

Questionada sobre esse ponto, Tarciana explicou que o banco será mais conservador desta vez, focando em quem já é cliente da

base e especialmente no público de alta renda. "No crédito não consignado, que é onde no passado nós tivemos algumas questões, o foco vai ser em públicos estratégicos." Mas também emendou com um verso de Lulu Santos: "nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia".

Sobre a recomposição do caixa do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), após os desembolsos em função do caso Master, Tobias afirmou que a antecipação de cinco anos de contribuição ao fundo deve custar cerca de R\$ 5 bilhões ao banco. Além disso, a alíquota extraordinária que o FGC deve cobrar custará mais cerca de R\$ 450 milhões ao BB por ano. Segundo ele, todo esse contexto vai gerar uma perda de receita financeira para o setor bancário em geral, "e o regulador está ciente disso". Ainda assim, ele evitou defender publicamente uma redução dos compulsórios. "Isso tem de ser perguntado à Febraban", limitou-se a dizer.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260213/>